



**REDE
ESCOLA
PÚBLICA
E UNIVERSIDADE**

NOTA TÉCNICA

**SUBSTITUIÇÃO DE LIVROS DO PNLD POR
SLIDES DIGITAIS NA REDE ESTADUAL DE
SÃO PAULO**

**SÃO PAULO
AGOSTO DE 2023**

FICHA TÉCNICA

PRODUÇÃO

Rede Escola Pública e Universidade – REPU (www.repu.com.br)

ELABORAÇÃO DA NOTA

Fernando Cássio (UFABC / REPU / Campanha Nacional pelo Direito à Educação)

Márcia Aparecida Jacomini (Unifesp-Guarulhos / REPU)

Salomão Barros Ximenes (UFABC / REPU)

REVISÃO TÉCNICA

Ana Paula Corti (IFSP / REPU)

João Victor Pavesi de Oliveira (USP / REPU)

Maria Clara Di Pierro (USP / REPU)

Sergio Stoco (Unifesp-Diadema / REPU / Cedes)

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Rafael Cava Mori (UFABC), pelo fornecimento das coleções de obras didáticas aprovadas nos últimos dois ciclos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), além de informações relacionadas às pesquisas sobre livros didáticos no Brasil.

À Profa. Héliida Lança (rede estadual de São Paulo), pelo fornecimento das aulas em slides para análise.

Aos/às integrantes da turma de Estágio Supervisionado em Química I, II e III (nível médio) da UFABC, que trabalharam na análise de parte dos slides da Seduc-SP: Amanda Cardoso Ferreira, Arthur Pellegrini Guerreschi, Fernando Vinícios Cardoso Fialho, Franciele Araujo Lima, Higor Vinícius Camargo Corrêa, Leonardo de Almeida Ferreira, Mariana da Costa Peres, Mariana Neri Pastorelli, Paula Villela de Jesus, Pedro Lucas Dias dos Santos e Ulisses Silva do Nascimento.

ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER CITADO COMO:

REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE. **Substituição de livros do PNLD por slides digitais na rede estadual de São Paulo** [Nota Técnica]. São Paulo: REPU, 15 ago. 2023. Disponível em: www.repu.com.br/notas-tecnicas.

SUMÁRIO

Resumo	4
Contextualização	5
1. Apostilas e livros didáticos substituídos por slides	7
2. Materiais de qualidade questionável	10
Conclusões	24
Sobre a REPU	26
Referências	27

RESUMO

Esta Nota Técnica visa contribuir com o debate público sobre a decisão do governo paulista de abandonar o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), privando escolas, professores/as e estudantes do acesso a obras didáticas adquiridas com recursos federais. O material único que passará a ser utilizado nas salas de aula da rede estadual paulista são conjuntos de slides digitais oferecidos pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP), cuja impressão improvisada já vem sendo orientada nas escolas. Foram levantados diversos exemplos dos slides que já estão substituindo nas escolas os livros didáticos e apostilas do “Currículo em Ação” desde agosto de 2023, e que apresentam inúmeros problemas metodológicos, erros conceituais e má contextualização. Diferentemente dos livros didáticos do PNLD, que são aprovados com base em critérios públicos e mediante rigorosa avaliação técnica, os slides da Seduc-SP não passam por mecanismos de controle social e de validação reconhecidos. A adoção de material didático único fere os princípios constitucionais da pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas e da gestão escolar democrática, estreitando o processo formativo e prejudicando as aprendizagens dos/as estudantes na rede estadual. Os custos exorbitantes com a possível impressão em larga escala de slides de baixa qualidade são injustificáveis e contrariam o princípio da eficiência na administração pública. Assim, a medida anunciada pelo governo paulista é insustentável dos pontos de vista educacional, pedagógico, administrativo e econômico-financeiro, e acarreta prejuízos à qualidade do ensino na rede estadual em todas as etapas da educação básica.

CONTEXTUALIZAÇÃO

No início de agosto, a população do estado de São Paulo foi surpreendida pelo anúncio de que, a partir do ano letivo de 2024, a **Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) não mais aderirá ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)**, privando as escolas da rede de estadual de ensino de receberem mais de dez milhões de exemplares de obras didáticas de qualidade e inteiramente financiadas com recursos federais.¹ Tal anúncio, desprovido de fundamentação educacional plausível, surpreendeu especialmente as comunidades escolares, que em nenhum momento foram consultadas, em flagrante desacordo com o princípio constitucional da gestão democrática da escola pública.²

Segundo dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o estado de São Paulo recebeu, somente em 2022, 21,2 milhões de livros didáticos para o ensino médio, que beneficiaram 1,28 milhões de estudantes em 3.765 unidades escolares: um total de R\$ 173,9 milhões em repasses federais para o ensino médio paulista. Os valores são evidentemente maiores se considerarmos as obras didáticas para o ensino fundamental e as obras literárias destinadas às bibliotecas escolares.³

À imprensa, o secretário da educação Renato Feder justificou a decisão afirmando **que os/as professores/as se confundiam com o “duplo comando”**: “É para usar o livro ou o material digital da secretaria? O que cai na prova: o livro ou material digital?”, exemplificou.⁴ Em outra entrevista, Feder criticou a qualidade dos livros didáticos aprovados pelo PNLD: “Eu e meus técnicos olhamos os livros do PNLD. A avaliação da Secretaria foi a de que eles perderam a qualidade, profundidade e conteúdo. Estão superficiais”.⁵

Após a repercussão negativa do anúncio, que gerou críticas de especialistas em educação de todos os matizes, o secretário tentou fazer uma modulação, e emendou que os/as professores/as que quisessem poderiam **imprimir e encadernar os “materiais digitais” na própria escola**.⁶ A ideia carece de racionalidade técnica, administrativa e econômico-financeira, já que as escolas

¹ Governo de SP não adere a livros didáticos do MEC para 2024 e diz que usará material próprio e 100% digital a partir do 6º ano. **G1**, 01 ago. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/08/01/governo-de-sp-nao-adere-livros-didaticos-do-mec-para-2024-e-diz-que-usara-material-proprio-e-100percent-digital-a-partir-do-6oano.ghtml>. Acesso em: 09 ago. 2023.

² Constituição Federal de 1988, art. 206, VI; LDB, art. 3º, VIII; art. 12, I; art. 13, I; art. 14, I; e art. 15.

³ Dados disponíveis em: www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos-1/QTDEDOPNLD2022TODASETAPAS.xlsx. Os dados do PNLD para os períodos de 2004 a 2021 estão disponíveis em: www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos. Acesso em: 09 ago. 2023.

⁴ SP troca livros do MEC por material digital: ‘Passam os slides e o aluno anota’, diz secretário. **Estadão**, 01 ago. 2023. Disponível em: www.estadao.com.br/educacao/sp-troca-livros-do-mec-por-material-digital-passam-os-slides-e-o-aluno-anota-diz-secretario. Acesso em: 09 ago. 2023.

⁵ Secretário de Educação de SP diz que livros didáticos escolhidos pelo MEC são superficiais. **Folha de S. Paulo**, 02 ago. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/08/escola-podera-imprimir-livro-digital-para-quem-precisar-diz-secretario-de-educacao-de-sp.shtml>. Acesso em: 09 ago. 2023.

⁶ Idem.

estaduais paulistas usualmente não possuem impressoras de alta performance, nem os insumos necessários (cartuchos de tinta, toner, papel etc.) e muito menos pessoal para dedicar tempo de trabalho à impressão precária de “materiais digitais” para substituir obras didáticas com impressão e encadernação profissionais adquiridas em larga escala no âmbito do PNLD, com custo relativo por unidade mais baixo e integralmente assumido pela União.⁷

Após uma segunda onda de críticas, o governador Tarcísio de Freitas anunciou que o governo de São Paulo assumirá a impressão dos referidos materiais didáticos: “Nós vamos encadernar esse material e entregar ele também impresso, encadernado. Ou seja, se o aluno quiser estudar digitalmente ele vai poder, se ele quiser estudar no conteúdo impresso, no caderno, ele também vai ter essa opção. As duas opções vão estar disponíveis”.⁸ Contudo, **a decisão inicial da Seduc-SP de recusar as obras didáticas do PNLD foi mantida**, o que retira do/a professor/a a possibilidade de escolher o livro didático com o qual vai trabalhar e desrespeita o princípio constitucional do “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”.⁹

A declaração do governador de São Paulo também preocupa pela aparente falta de compromisso com o princípio da eficiência na administração pública¹⁰, pois a Seduc-SP suspende a distribuição de materiais didáticos reconhecidos e consolidados para empregar recursos financeiros estaduais na impressão de “slides” que, como discutiremos adiante, possuem qualidade inferior, empobrecem o trabalho didático-pedagógico dos/as professores/as e importam prejuízos de aprendizagem aos/as estudantes.

A polêmica em torno dos sucessivos anúncios do governo paulista¹¹ e o fato de a secretaria de educação da maior rede de ensino do país defender a adoção de uma **única opção de material didático** nas escolas estaduais suscitaram na sociedade o interesse de conhecer mais sobre os novos “materiais didáticos” que o governo paulista pretende oferecer como fonte de conhecimento e recurso pedagógico a estudantes e professores/as, aspecto abordado no Item 2 desta Nota Técnica.

⁷ Sem TV ou computador nas salas, professores têm que imprimir livro digital do governo de SP. **Folha de S. Paulo**, 03 ago. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/08/sem-tv-ou-computador-nas-salas-professores-tem-que-imprimir-livro-digital-do-governo-de-sp.shtml>. Acesso em: 09 ago. 2023.

⁸ Após repercussão negativa, Tarcísio agora diz que governo de SP vai imprimir material didático para alunos: ‘As duas opções vão estar disponíveis’. **G1**, 05 ago. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2023/08/05/apos-repercussao-negativa-tarcisio-agora-diz-que-governo-de-sp-vai-imprimir-material-didatico-para-alunos.ghtml>. Acesso em: 09 ago. 2023.

⁹ Constituição Federal de 1988, art. 206, III. Seria possível enumerar outros princípios do mesmo artigo que são confrontados na decisão, como a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (inciso I), por distanciar ainda mais a realidade de escolas públicas e escolas privadas; e a “valorização dos profissionais da educação escola” (inciso V), por retirar dos/as professores/as um instrumento elementar de seu exercício profissional, entre outros.

¹⁰ Constituição Federal de 1988, art. 37, caput.

¹¹ Tarcísio e material didático impresso em SP: entenda idas e vindas do governo. **Estadão**, 07 ago. 2023. Disponível em: www.estadao.com.br/educacao/tarcisio-e-material-didatico-impressos-em-sp-entenda-idas-e-vindas-do-governo. Acesso em: 09 ago. 2023.

1. APOSTILAS E LIVROS DIDÁTICOS SUBSTITUÍDOS POR SLIDES

Logo que anunciou a não adesão da Seduc-SP ao PNLD, o secretário Renato Feder explicou candidamente como, na sua visão, deveria ser o futuro das aulas nas escolas estaduais paulistas: “A aula é uma grande TV, que passa os slides em PowerPoint, alunos com papel e caneta, anotando e fazendo exercícios. O livro tradicional, ele sai”.¹²

Com efeito, a Seduc-SP já vinha desaconselhando o uso de livros didáticos pelos/as professores/as nas escolas, e distribuindo **conjuntos de slides de PowerPoint para serem projetados nas salas de aula**. Tudo estritamente roteirizado e seguindo um único “comando”, para tomar a expressão empregada pelo próprio secretário da educação e que avilta a docência como atividade intelectual (Giroux, 1997 [1988]). A situação nas escolas é de apreensão, posto que slides com conteúdos apresentados de forma tópica não substituem os livros didáticos que desenvolvem estes conteúdos de forma sequencial, aprofundada, contextualizada e por meio do emprego de múltiplos recursos.¹³

É altamente reprovável, dessa forma, a tentativa da Seduc-SP de fabricar dicotomias para reforçar posições indefensáveis do ponto de vista educacional: primeiro entre o recurso digital (slides de aula) e os livros didáticos impressos, para justificar a não adesão ao PNLD (01 ago. 2023); e, uma semana depois, entre um suposto “livro de verdade” impresso pela Seduc-SP e os livros “não consumíveis” do PNLD, para insistir na recusa (07 ago. 2023).¹⁴

As **falsas dicotomias** engendradas pelo governo paulista sinalizam o desconhecimento de um fato óbvio: os processos de ensino e aprendizagem se beneficiam mais da existência de **múltiplos recursos pedagógicos** à disposição de estudantes e professores (livros, recursos digitais, laboratórios didáticos, variadas formas de organização do grupo-classe etc.) do que de práticas homogeneizantes como a adoção compulsória de aulas comprimidas em conjuntos de slides. O secretário da educação também parece ignorar que os/as estudantes possuem cadernos, e que o hábito de anotar nas margens dos livros é prática corriqueira e recorrente na própria história de mais de cinco séculos do livro moderno.

Desde 2009, por meio dos programas “São Paulo Faz Escola” e “Currículo em Ação”, **o governo de São Paulo vinha produzindo apostilas impressas “consumíveis” que coexistiam com os livros didáticos do PNLD nas salas de aula da rede estadual**. Essa coexistência,

¹² SP troca livros do MEC por material digital: ‘Passam os slides e o aluno anota’, diz secretário. **Estadão**, 01 ago. 2023. Disponível em: www.estadao.com.br/educacao/sp-troca-livros-do-mec-por-material-digital-passam-os-slides-e-o-aluno-anota-diz-secretario. Acesso em: 09 ago. 2023.

¹³ Em novo afastamento do MEC, SP cria material que, mesmo impresso, não substitui livros, dizem especialistas. **O Globo**, 07 ago. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2023/08/07/em-novo-afastamento-do-mec-sp-cria-material-que-mesmo-impresso-nao-substitui-livros-dizem-especialistas.ghtml>. Acesso em: 09 ago. 2023.

¹⁴ Após defender material digital, Feder diz que vai imprimir ‘livro de verdade, onde pode riscar’. **Folha de S. Paulo**, 07 ago. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/08/apos-defender-material-digital-feder-diz-que-vai-imprimir-livro-de-verdade-onde-pode-riscar.shtml>. Acesso em: 09 ago. 2023.

mostraram as pesquisas (Carneiro; Jacomini; Bello, 2022), contribuiu para que o/a professor/a pudesse recorrer a materiais distintos para preparar suas aulas. A existência das apostilas próprias nunca suprimiu os livros didáticos; este, pelo contrário, sempre funcionou como um indispensável complemento das apostilas.

Ou seja, ao preconizar a substituição tanto das apostilas próprias quanto das obras didáticas do PNLD por conjuntos de slides, o governo paulista rompe com uma política vigente há 15 anos na rede estadual; sem apontar, para além da abolição do “duplo comando” a educadores/as e estudantes, quais serão os benefícios educacionais do **estreitamento do acesso a recursos didático-pedagógicos** ora proposto.

Embora, nas diversas entrevistas sobre o tema, tanto o secretário Feder quanto o governador Tarcísio venham se referindo de forma genérica a “material didático”, “livro digital” e “livro didático”¹⁵, dando a entender que a administração estadual teria produzido um novo material para distribuição nas escolas, o verdadeiro “comando” nas escolas estaduais é para que os/as professores/as utilizem os slides e, eventualmente, os imprimam em folhas de sulfite para que os/as estudantes as utilizem para estudo em casa ou na sala de aula.¹⁶ Ao jornal *O Globo*, a mãe de um estudante da rede estadual relatou que as próprias famílias já estão sendo orientadas a imprimir os slides em casa.

— Depois que me dei conta: como assim vou ter que imprimir, se tem livro na escola? Pois não tem. Eles ficam copiando os slides no caderno. E há algumas folhas de exercícios que a escola imprimiu e colaram no caderno.

Os livros do material próprio do governo paulista que estão em casa, diz Ana, são todos relativos ao primeiro semestre.

— Meu filho fazia os exercícios nesses livros. Agora não tem nada do segundo semestre — conta. — Ele já não tem muita iniciativa de estudar, eu e meu marido temos que pegar no pé o tempo todo. Agora vai piorar.¹⁷

A entrevistada refere-se ao fato de que as escolas estaduais paulistas, no retorno das férias de julho de 2023, já não receberam da Seduc-SP o “Caderno do Aluno” impresso do programa “Currículo em Ação”; e para o ano de 2024 também não receberão os livros didáticos do PNLD. Estudantes e professores/as perderão, portanto, todas as referências formais sobre o conteúdo ensinado nas

¹⁵ Após repercussão negativa, Tarcísio agora diz que governo de SP vai imprimir material didático para alunos: ‘As duas opções vão estar disponíveis’. *G1*, 05 ago. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2023/08/05/apos-repercussao-negativa-tarcisio-agora-diz-que-governo-de-sp-vai-imprimir-material-didatico-para-alunos.ghtml>; Após defender material digital, Feder diz que vai imprimir ‘livro de verdade, onde pode riscar’. *Folha de S. Paulo*, 07 ago. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/08/apos-defender-material-digital-feder-diz-que-vai-imprimir-livro-de-verdade-onde-pode-riscar.shtml>. Acesso em: 09 ago. 2023.

¹⁶ Sem TV ou computador nas salas, professores têm que imprimir livro digital do governo de SP. *Folha de S. Paulo*, 03 ago. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/08/sem-tv-ou-computador-nas-salas-professores-tem-que-imprimir-livro-digital-do-governo-de-sp.shtml>. Acesso em: 09 ago. 2023.

¹⁷ ‘Professora disse que não tem mais livro’, afirma mãe de aluno sobre escolas que estão com material 100% digital em SP. *O Globo*, 11 ago. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/sao-paulo/noticia/2023/08/11/professora-disse-para-imprimirmos-material-didatico-em-casa-que-nao-tem-mais-livro-diz-mae-de-aluno-da-rede-estadual-de-sp.ghtml>. Acesso em: 12 ago. 2023.



escolas estaduais paulistas. A informação de que a Seduc-SP não mais entregará os materiais impressos às escolas foi passada verbalmente aos/às diretores/as escolares nas reuniões presenciais de planejamento do segundo semestre de 2023.

Aquilo que a Seduc-SP, o secretário da educação e o governador de São Paulo vêm chamando publicamente de “material didático” são, com efeito, os conjuntos de slides. E considerando que o próprio secretário da educação que determinou a suspensão da distribuição das apostilas próprias da Seduc-SP também vetou o PNLD e qualificou como “superficiais” as obras didáticas aprovadas pelo programa federal, seria de se esperar que os slides oferecidos nas escolas tivessem qualidade superior à dos materiais que estão sendo suprimidos por ordem do governo paulista.

2. MATERIAIS DE QUALIDADE QUESTIONÁVEL

O PNLD é uma política de Estado que existe com este acrônimo desde 1985 (Decreto n. 91.542/1985). Voltado à distribuição de obras didáticas a estudantes das redes públicas, o Programa foi iniciado com outra denominação em 1937, sendo a política educacional mais antiga de que se tem notícia no país.¹⁸ Na sua forma atual, **o PNLD envolve um complexo ciclo de operações que se inicia com a publicação de editais pormenorizados e se desenvolve em um rigoroso processo de avaliação por especialistas** nas áreas do conhecimento das obras avaliadas.¹⁹ Estas, ao serem indicadas, passam a compor um catálogo que chega às mãos dos professores nas escolas para a escolha dos livros que serão adotados.

O processo de avaliação pedagógica dos materiais didáticos no âmbito do PNLD é coordenado pelo Ministério da Educação (MEC), e conta com comissões técnicas integradas por especialistas das diferentes áreas do conhecimento, escolhidos a partir de indicações de entidades representativas dos entes federados, como o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), as Universidades e outras instituições científicas. Segundo o detalhado regulamento do PNLD (Decreto n. 9.099/2017), uma vez avaliados os materiais didáticos inscritos para participação, as comissões técnicas devem decidir sobre sua aprovação, aprovação condicionada à correção de falhas pontuais ou reprovação. Segundo o referido Decreto:

Art. 15. Em relação aos materiais didáticos sujeitos à qualificação (...), as equipes de avaliação decidirão, de forma fundamentada, sobre: (...)

§ 3º Não serão consideradas falhas pontuais:

I – erros conceituais;

II – erros gramaticais recorrentes;

III – necessidade de revisão global do material;

IV – necessidade de correção de unidades ou capítulos;

V – necessidade de adequação de exercícios ou atividades dirigidas;

VI – supressão ou substituição de trechos extensos; e

VII – outras falhas que ocorram de forma contínua no material didático.

Conforme se demonstrará adiante na análise técnico-pedagógica dos “materiais didáticos” (slides) disponibilizados pela Seduc/SP, a recorrência de erros conceituais, a inadequação de exercícios e atividades dirigidas e diversos outros problemas identificados nesses materiais certamente exigiriam “revisão global”, “correção” e/ou “adequação” de falhas: seriam, portanto, reprovados pelos

¹⁸ Um histórico do PNLD pode se encontrado em: www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/historico. Acesso em: 09 ago. 2023.

¹⁹ O Decreto n. 9.099/2017 unificou o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) com nova nomenclatura – Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) – e ampliação do escopo, com possibilidade de inclusão de outros materiais de apoio à prática educativa para além das obras didáticas e literárias: obras pedagógicas, softwares e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros. Mais informações disponíveis em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>. Acesso em 15 ago. 2023.

rigorosos sistemas de controle de qualidade do PNLD. Somente após criteriosa aprovação, isentos de erros (conceituais ou pontuais) e mediante escolha feita pelas próprias escolas, é que as obras didáticas do PNLD chegam às mãos dos/as professores/as para utilização articulada a outros materiais, conforme a estratégia pedagógica que o/a profissional pretenda desenvolver em cada contexto específico de ensino-aprendizagem.

Como toda política pública implementada em larga escala e de longa duração, o PNLD requer aprimoramentos permanentes. Nesse sentido, as críticas à concentração de contratos do PNLD nas mãos de um pequeno grupo de grandes editoras, por exemplo, não apagam o fato de que, do ponto de vista da qualidade das obras aprovadas, o PNLD é uma política educacional bem-sucedida, estável e que faz chegar aos/às estudantes das escolas públicas de todo o país obras didáticas e literárias com a mesma qualidade daquelas adotadas nas escolas privadas (Soares, 2007).

A despeito das diversas contradições envolvidas no processo de produção de obras didáticas em larga escala para distribuição em escolas públicas, um grande conjunto de pesquisas empíricas vem demonstrando que **o PNLD induz melhorias objetivas nas obras didáticas ao longo dos anos** (Garcia, 2017; Mori & Curvelo, 2021), por exemplo: atualização dos conhecimentos científicos apresentados; novas formas de apresentação dos temas, inclusive quanto às representações imagéticas da diversidade da população brasileira; incorporação de abordagens históricas mais sofisticadas; elevação dos padrões gráficos e de diagramação; e, por fim, a própria **incorporação de recursos digitais aos livros impressos** (Barbosa, 2017) – o que mais uma vez refuta a disjunção entre recurso digital e material impresso que o governo paulista vem defendendo publicamente. A melhoria dos livros induzida pelos ciclos de avaliação do PNLD impacta até mesmo as obras didáticas que serão utilizadas nas escolas privadas.

Ressalte-se, neste ponto, que um dos aprimoramentos do Decreto n. 9.099/2017, que regulamenta o processo de escolha das obras do PNLD atualmente, foi a ampliação do escopo da política, com a **possibilidade de inclusão de materiais de apoio à prática educativa para além das obras didáticas e literárias: obras pedagógicas, softwares, jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar**, entre outros (Decreto n. 9.099/2017, art. 1º, § 1º). O propósito é ampliar a pluralidade de abordagens, linguagens e ferramentas de ensino-aprendizagem disponibilizadas a estudantes e professores/as das escolas públicas; estratégia, aliás, já incorporada nas escolas privadas das classes média e alta.

Ante o notório rigor do PNLD na avaliação das obras para distribuição nas escolas – que demanda tempo e um grande volume de recursos públicos –, depreende-se que **a decisão de privar milhões de estudantes paulistas do acesso a livros didáticos de alta qualidade foi baseada em análise perfunctória**. Não se conhecem, por exemplo, as credenciais técnicas daqueles que, juntamente com o secretário Feder, “olharam” os materiais do PNLD, tampouco os critérios utilizados na referida avaliação.

Ao jornal *Folha de S. Paulo*, a Seduc-SP declarou que “o material digital [slides de aula] foi elaborado por uma equipe técnica especializada, composta por mais de cem docentes-curriculistas da rede. E que o processo de elaboração seguiu o fluxo comum de outras produções editoriais em âmbito

público”. A pasta ainda informou que, em média, “cada material de uma aula passa por um ciclo de produção de cerca de trinta dias”.²⁰ Se este é, na visão da administração estadual, o “fluxo comum” das produções editoriais qualificadas, o governo paulista deveria rever a decisão de recusar as obras didáticas do PNLD, já que tal recusa não se fundamenta em análise especializada e em um conhecimento mínimo sobre os processos de avaliação de obras didáticas no âmbito do MEC.

Em março de 2009, uma apostila de Geografia distribuída a estudantes da 6ª série do ensino fundamental (atual 7º ano) continha um mapa da América do Sul com uma série de erros, como a ausência do Equador, a identificação equivocada de Uruguai e Paraguai e a presença de dois Paraguais.²¹ À época, a Secretaria da Educação terceirizou a responsabilidade pelos problemas ao descuido editorial da fundação contratada para a produção das apostilas. A imensa repercussão negativa (inclusive internacional²²) do caso dos dois Paraguais foi o preço a pagar quando a rede de ensino paulista assumiu a responsabilidade pela produção em larga escala de materiais didáticos próprios sem tomar as cautelas necessárias a tão complexa operação. De volta a 2023, o volume de erros e a quantidade de problemas encontrados nos slides distribuídos na rede estadual paulista são incomparavelmente maiores do que aqueles identificados nas apostilas de 2009.

Para cada aula de 45 minutos ministrada nas escolas estaduais paulistas – do 1º ano do ensino fundamental (estudantes de 6 anos) até o 3º ano do ensino médio (estudantes de 17 anos) –, a Seduc-SP oferece um conjunto de slides (média de 30 por aula) para ser projetado na tela pelos/as professores/as. A seguir exemplificaremos alguns dos problemas encontrados nos slides. Não obstante eles constituam exemplos anedóticos, **todos os conjuntos de slides da Seduc-SP apresentam problemas semelhantes**, cuja descrição e análise detalhadas exigiriam a publicação de diversas Notas Técnicas. Para fins didáticos, os problemas presentes nos slides foram classificados nos seguintes tipos:

- 1) **PROBLEMAS METODOLÓGICOS:** linguagem inadequada à idade dos/as estudantes, “comandos” ambíguos, excesso de atividades ou conteúdos, falhas nas sequências didáticas;
- 2) **ERROS CONCEITUAIS:** conteúdo ultrapassado, imagens/modelos geradores de concepções alternativas²³, uso incorreto de teorias e conceitos científicos, erros grosseiros;
- 3) **MÁ CONTEXTUALIZAÇÃO:** informações/dados equivocados ou insuficientes, exemplos descolados da realidade;

²⁰ Sem TV ou computador nas salas, professores têm que imprimir livro digital do governo de SP. **Folha de S. Paulo**, 03 ago. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/08/sem-tv-ou-computador-nas-salas-professores-tem-que-imprimir-livro-digital-do-governo-de-sp.shtml>. Acesso em: 09 ago. 2023.

²¹ Livro de geografia da rede estadual de SP tem dois Paraguais. **Folha de S. Paulo**, 17 mar. 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2009/03/535906-livro-de-geografia-da-rede-estadual-de-sp-tem-dois-paraguais.shtml>. Acesso em: 12 ago. 2023.

²² Livro da rede estadual paulista com dois Paraguais é destaque na imprensa da América do Sul. **UOL Educação**, 18 mar. 2009. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/ultnot/2009/03/18/ult105u7741.jhtm>. Acesso em: 12 ago. 2023.

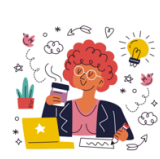
²³ Concepções dos/as estudantes sobre determinados fenômenos que não coincidem com a forma como a ciência os explica ou interpreta. As concepções alternativas podem ser tanto prévias quanto produzidas durante o próprio processo de aprendizagem, por meio do emprego inadequado de recursos didático-pedagógicos (Barke; Hazari; Yitbarek, 2009).

EXEMPLO A


LÍNGUA PORTUGUESA, 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3º BIMESTRE (AULA 1): “SIGA O REGULAMENTO”²⁴

Este conjunto de 20 slides seria, na visão da Seduc-SP, a primeira aula de Língua Portuguesa do 3º bimestre para o 1º ano do ensino fundamental da rede estadual. O quadro que segue à capa do material exhibe aos/às estudantes um resumo dos “objetivos de aprendizagem” relacionados ao “gênero textual regulamento” em linguagem destinada aos/às educadores/as, e não a crianças de seis anos em pleno ciclo de alfabetização.

<p>ETAPA ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS</p> <p>LÍNGUA PORTUGUESA</p> <p>SIGA O REGULAMENTO</p> <p>1º ANO AULA 1 – 3º BIMESTRE</p>  <p><small>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO</small></p>	<p>CONTEÚDO</p> <ul style="list-style-type: none"> GÊNERO TEXTUAL REGULAMENTO. <p>OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM</p> <ul style="list-style-type: none"> CONHECER O GÊNERO TEXTUAL REGULAMENTO, BEM COMO SUA FUNÇÃO SOCIAL; RECONSTRUIR AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E RECEPÇÃO DE TEXTOS; RECONHECER O USO DAS MÚLTIPLAS LINGUAGENS.
---	---

No restante dos slides **predomina uma linguagem que não distingue os papéis de estudantes e professores/as**. Nos quatro slides a seguir, por exemplo, não se sabe se o “comando” sobre como organizar a brincadeira do “Corre Cutia” é dada às crianças ou ao/a professor/a, de modo que ambos parecem envolvidos na realização de mesma tarefa.


<p>PARA COMEÇAR</p> <p>VOCE GOSTA DE JOGAR? ANTES DE INICIAR UM JOGO DESCONHECIDO, O QUE VOCE FAZ? COMO SABER O QUE PODEMOS OU NÃO FAZER EM UM JOGO?</p> 	<p>O QUE É?</p> <p>CORRE CUTIA</p> <p>VÁRIAS CRIANÇAS SENTAM EM CÍRCULO, MENOS UMA QUE TERÁ A FUNÇÃO DE “PEGADOR”. O PEGADOR ANDA EM VOLTA DO CÍRCULO COM UM LENÇO NA MÃO (OU QUALQUER OUTRO PANO) ENQUANTO AS OUTRAS CRIANÇAS CANTAM DE OLHOS FECHADOS:</p>
<p>O QUE É?</p> <p>CORRE CUTIA NA CASA DA TIA CORRE CIPÓ NA CASA DA AVÓ LENCINHO NA MÃO CAIU NO CHÃO MOCINHA BONITA DO MEU CORAÇÃO</p>	<p>O QUE É?</p> <p>O PEGADOR DEVE DERRUBAR O LENÇO ATRÁS DE UMA DAS CRIANÇAS DURANTE A CANTORIA. NO FINAL DA ÚLTIMA RIMA, TODOS ABREM OS OLHOS E OLHAM PARA TRÁS. A CRIANÇA QUE ESTIVER COM O LENÇO DEVE SE LEVANTAR E CORRER ATRÁS DO PEGADOR.</p> <p>O PEGADOR DEVE CORRER EM VOLTA DO CÍRCULO PARA SE SENTAR NO LUGAR VAGO E PASSAR A SUA VEZ. SE FOR PEGO, A CRIANÇA CONTINUA COMO PEGADOR.</p>

Logo em seguida, crianças e professores/as são orientados à realização de diversos exercícios, cuja resposta é quase que imediatamente fornecida, já que o conjunto de slides descreve uma **sequência didática de realização impossível em uma única aula de 45 minutos**.

O restante da sequência contém: (i) jogo (mostrado acima); (ii) exercício com duas perguntas e respostas orais; (iii) análise de imagens; (iv) leitura em voz alta; (v) exercício com cinco perguntas

²⁴ Aula disponível em: <https://acervocm.sp.educacao.sp.gov.br/96436/516658.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2023.

e respostas escritas (gabarito no próprio slide); (vi) sistematização dos registros da aula em cartolina; e (vii) produção de um desenho. O restante da sequência está mostrado na íntegra abaixo:

<p>O QUE É?</p> <p>APÓS A ESCUTA ATENTA DO TEXTO LIDO PELO PROFESSOR, RESPONDA.</p> <p>A. QUAL É A FUNÇÃO DESSE TEXTO? B. PARA QUEM ELE FOI ESCRITO?</p>	<p>PRATICANDO</p> <p>OBSERVE AS IMAGENS A SEGUIR.</p>  <p>QUEM PODE ANDAR NA FAIXA VERMELHA?</p>	<p>PRATICANDO</p> <p>COM O AUXÍLIO DO PROFESSOR E DOS DEMAIS COLEGAS, LEIA EM VOZ ALTA O TEXTO A SEGUIR.</p> <div style="border: 1px solid red; padding: 5px;"> <p>REGULAMENTO DA ESCOLA</p> <p>É DIREITO DO(A) ESTUDANTE:</p> <ul style="list-style-type: none"> • TER ACESSO A ENSINO DE QUALIDADE. • SER TRATADO COM RESPEITO POR TODOS(A)S. • PARTICIPAR DAS ATIVIDADES ESCOLARES. <p>É DEVER DO(A) ESTUDANTE:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CUMPRIR COM SUAS RESPONSABILIDADES. • DEMONSTRAR RESPEITO POR TODOS(A)S. • RESPEITAR AS NORMAS DA ESCOLA. <p>FONTE: REGULAMENTO DA ESCOLA GIRASSOL.</p> </div>
<p>PRATICANDO</p> <p>A. QUAL É A FUNÇÃO DE UM REGULAMENTO ESCOLAR? B. QUEM ESCREVE UM REGULAMENTO ESCOLAR? C. QUEM SÃO OS LEITORES DE UM REGULAMENTO ESCOLAR?</p>	<p>PRATICANDO CORREÇÃO</p> <p>A. QUAL É A FUNÇÃO DE UM REGULAMENTO ESCOLAR? O REGULAMENTO ESCOLAR É USADO PARA ESTABELECEER OS DIREITOS E DEVERES DA COMUNIDADE ESCOLAR.</p> <p>B. QUEM ESCREVE UM REGULAMENTO ESCOLAR? O REGULAMENTO ESCOLAR É ESCRITO PELA COMUNIDADE ESCOLAR.</p> <p>C. QUEM SÃO OS LEITORES DE UM REGULAMENTO ESCOLAR? O REGULAMENTO É LIDO POR TODOS QUE FAZEM PARTE DA ESCOLA.</p>	<p>PRATICANDO</p> <p>D. AGORA, COM A TURMA E O PROFESSOR, CONVERSE SOBRE AS POSSÍVEIS REGRAS DE CONVIVÊNCIA DE SUA SALA DE AULA.</p> <p>E. QUAIS SÃO AS SEMELHANÇAS ENTRE AS SINALIZAÇÕES ENCONTRADAS NA CIDADE E AS REGRAS DE CONVIVÊNCIA DA SALA DE AULA?</p>
<p>PRATICANDO CORREÇÃO</p> <p>D. AGORA, COM A TURMA E O PROFESSOR, CONVERSE SOBRE AS POSSÍVEIS REGRAS DE CONVIVÊNCIA DE SUA SALA DE AULA.</p> <p>RESPOSTA PESSOAL.</p>	<p>PRATICANDO CORREÇÃO</p> <p>E. QUAIS SÃO AS SEMELHANÇAS ENTRE AS SINALIZAÇÕES ENCONTRADAS NA CIDADE E AS REGRAS DE CONVIVÊNCIA DA SALA DE AULA? OS DOIS GÊNEROS EXPRESSAM REGRAS E ESTÃO ASSOCIADOS À VIDA COTIDIANA E AO CONVÍVIO EM SOCIEDADE, EMBORA ORGANIZADOS TEXTUALMENTE DE MANEIRA DIFERENTE. NA SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO ANALISADA, NÃO HÁ TEXTO ESCRITO; JÁ NO REGULAMENTO, NÃO EXISTEM ELEMENTOS GRÁFICOS. AINDA QUE ESSA NÃO SEJA UMA ESTRUTURA FIXA DO GÊNERO, REGULAMENTOS PODEM TRAZER, POR EXEMPLO, BRASÕES, SÍMBOLOS OU LOGOTIPOS DE INSTITUIÇÕES.</p>	<p>SISTEMATIZANDO</p> <p>O QUE VOCÊ APRENDEU NA ATIVIDADE DE HOJE? FAÇA O REGISTRO EM UMA CARTOLINA. UTILIZE O ESPAÇO A SEGUIR PARA RASCUNHO.</p>
<p>SISTEMATIZANDO CORREÇÃO</p> <p>O QUE VOCÊ APRENDEU NA ATIVIDADE DE HOJE? FAÇA O REGISTRO EM UMA CARTOLINA. UTILIZE O ESPAÇO A SEGUIR PARA RASCUNHO.</p> <p>RESPOSTA PESSOAL.</p>	<p>O QUE APRENDEMOS HOJE?</p> <ul style="list-style-type: none"> • CONHECEMOS O GÊNERO TEXTUAL REGULAMENTO. • IDENTIFICAMOS A SITUAÇÃO COMUNICATIVA PRESENTE NO REGULAMENTO. • COMPARAMOS DUAS FORMAS DE REPRESENTAÇÃO DOS REGULAMENTOS. 	<p>APROFUNDANDO</p> <p>FAÇA UM DESENHO QUE INDIQUE UMA REGRA.</p>
<p>REFERÊNCIAS</p> <p>Material Educacional Nova Escola: 1º ano: Volume 2. Ensino Fundamental: caderno do estudante. [Organização Associação Nova Escola]. São Paulo: Associação Nova Escola/Governo do Estado de São Paulo, 2022.</p>	<p>REFERÊNCIAS</p> <p>Lista de imagens e vídeos</p> <p>Slide 3 – https://www.gettyimages.com.br/detail/illustra%C3%A7%C3%A3o/the-worlds-chiaren-in-a-circle-white-illustra%C3%A7%C3%A3o-royalty-free/121726693</p> <p>Slides 8, 9 e 10 – https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/2022/06/EPAL_REG_SP_1ANO_2VOL_CE_PF2.pdf</p>	

A fim de sugerir que o conjunto de slides estaria ancorado nas apostilas do “Currículo em Ação” (cuja distribuição nas escolas acaba de ser descontinuada pela Seduc-SP), o último slide faz referência ao material oficial da rede paulista. Contudo, é facilmente verificável que **o tema da leitura de textos normativos é abordado na apostila de forma muito mais adequada ao tempo de uma aula de 45 minutos e em linguagem inteligível a crianças do 1º ano do ensino fundamental.** Problemas semelhantes foram identificados em todos os conjuntos de slides destinados aos anos iniciais do ensino fundamental.

UNIDADE 1
A REGRA É CLARA

1. SIGA O REGULAMENTO

1. APOÓS A ESCUTA ATENTA DO TEXTO LIDO PELO(A) PROFESSOR(A), RESPONDA:
A. QUAL É A FUNÇÃO DESSE TEXTO?
B. PARA QUEM ELE FOI ESCRITO?

PRATICANDO

1. OBSERVE AS IMAGENS A SEGUIR.

QUEM PODE ANDAR NA FAIXA VERMELHA?

10 1º ANO

2. COM O AUXÍLIO DO(A) PROFESSOR(A) E DOS(A)S DEMAIS COLEGAS, LEIA EM VOZ ALTA O TEXTO A SEGUIR.

REGULAMENTO DA ESCOLA

É DIREITO DO(A) ESTUDANTE:

- TER ACESSO A ENSINO DE QUALIDADE.
- SER TRATADO COM RESPEITO POR TODOS(A)S.
- PARTICIPAR DAS ATIVIDADES ESCOLARES.

É DEVER DO(A) ESTUDANTE:

- CUMPRIR COM SUAS RESPONSABILIDADES.
- DEMONSTRAR RESPEITO POR TODOS(A)S.
- RESPEITAR AS NORMAS DA ESCOLA.

FONTE: REGULAMENTO DA ESCOLA GRÁFICO.

A. QUAL É A FUNÇÃO DE UM REGULAMENTO ESCOLAR?

B. QUEM ESCREVE UM REGULAMENTO ESCOLAR?

C. QUEM SÃO OS(A)S LETORES(A)S DE UM REGULAMENTO ESCOLAR?

D. AGORA, COM A TURMA E O(A) PROFESSOR(A), CONVERSE SOBRE AS POSSÍVEIS REGRAS DE CONVIVÊNCIA DE SUA SALA DE AULA.

11 LÍNGUA PORTUGUESA

E. QUAIS SÃO AS SEMELHANÇAS ENTRE AS SINALIZAÇÕES ENCONTRADAS NA CIDADE E AS REGRAS DE CONVIVÊNCIA DA SALA DE AULA?

RETOMANDO

1. O QUE VOCÊ APRENDEU NA ATIVIDADE DE HOJE? FAÇA O REGISTRO EM UMA CARTOLINA. UTILIZE O ESPAÇO A SEGUIR PARA RASCUNHO.

12 1º ANO

“CURRÍCULO EM AÇÃO” 2022: Caderno do Estudante, 1º ano, ciclo de alfabetização (SEDUC-SP), v. 2, p. 10-12. Disponível em: https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/2023/07/2023070-EFAI_SP_1ANO_2VOL_CE_miolo-P2.pdf. Acesso em: 12 ago. 2023.

EXEMPLO B

SOCIOLOGIA, 1º ANO DO ENSINO MÉDIO

3º BIMESTRE (AULA 1): “JUVENTUDES E ADOLESCÊNCIAS”²⁵

Neste conjunto de 33 slides para a primeira aula de Sociologia do 3º bimestre do 1º ano do ensino médio, os objetivos declarados são “Compreender a adolescência como um fenômeno resultante na interface dos muitos domínios da vida humana” e “Conhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Juventude para reconhecer os adolescentes e os jovens como sujeitos em fases específicas do ciclo da vida”. Também aqui, o material apresenta um conjunto de atividades incompatível com o tempo de uma aula de 45 minutos.

O material negligencia o fato de os ciclos de vida serem compreendidos de forma culturalmente distinta, por exemplo, entre as populações indígenas brasileiras, uma vez que em muitas delas se transita da infância à vida adulta sem a fase intermediária da adolescência. O material prefere mencionar, nesse sentido, os povos originários a partir de **trechos descontextualizados** sobre os estudos de Margareth Mead em Papua-Nova Guiné extraídos da Wikipédia. **Os slides margeiam, sem apresentar, a noção sociológica de adolescência e juventude que é marcada por clivagens de classe social, gênero e raça que implicam desigualdades nos modos de ser adolescente e jovem, e não apenas diversidades** (Dayrell; Carrano; Maia, 2014; SPOSITO; SOUZA; SILVA, 2018; ABRAMO; VENTURI; CORROCHANO, 2020). Isso ajudaria a interpretar e compreender o slide com uma proposta de atividade sobre mortes violentas entre jovens entre 15 e 19 anos, já que neste grupo há uma super-representação de adolescentes do sexo masculino, negros e pobres.

²⁵ Aula disponível em: <https://acervocmsp.educacao.sp.gov.br/96886/545196.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2023.



Todos os “comandos” exibidos são acompanhados por uma ampulheta que informa estudantes e professores/as sobre o tempo destinado à realização das tarefas: (i) resposta escrita a uma questão deflagradora (30 s); (ii) análise de gráfico com perfil etário da população brasileira e resposta a duas perguntas (2 min); (iii) resposta oral a uma nova questão deflagradora (2 min); (iv) leitura de textos legais e correção (2 min + 2 min); (v) questão de vestibular e correção (4 min + 1 min); (vi) “comando” para exercício (1 min); (vii) exibição de vídeo (3 min); (viii) resposta escrita a duas questões sobre o vídeo e correção (3 min + 1 min); e (ix) duas propostas de tarefa de casa (levantamento em redes sociais e produção de um vídeo). A sequência completa de slides está representada a seguir.

Etapa Ensino Médio
Sociologia



Juventudes e adolescências

1ª SÉRIE

Aula 1 – 3º bimestre



Conteúdos


- Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Estatuto da Juventude;
- Noções de adolescência e juventude;
- Ciclo de vida.

Objetivos

- Compreender a adolescência como um fenômeno resultante na interface dos muitos domínios da vida humana;
- Conhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Juventude para reconhecer os adolescentes e os jovens como sujeitos em fases específicas do ciclo da vida.

Para começar

30 segundos



O Brasil atual, um país de jovens?

Para começar

2 minutos




Observe o gráfico e responda:

a) O número de jovens foi ou é expressivo na população brasileira?

b) A população brasileira está envelhecendo?

Para começar

2 minutos

Um país cada vez menos de jovens

Segundo o IBGE, “a pirâmide [...] mostra que o envelhecimento da população brasileira aumentou em 2021, se comparado a 2012. Esta mudança pode ser observada pela menor porcentagem encontrada em 2021 nos grupos etários mais jovens (base da pirâmide), ao mesmo tempo em que houve aumento nas porcentagens dos grupos de idade que ficam no topo da pirâmide.”

[...] A pirâmide também nos permite observar que a população masculina apresentou padrão mais jovem que a feminina: nos grupos de idade de 0 a 4 anos e de 5 a 9 anos há uma proporção, respectivamente, de 104,9 e 104,7 homens para cada 100 mulheres nesses grupos” (Fonte: IBGEduca).

Foco no conteúdo

2 minutos



Mas quem pode ser considerado jovem?

Foco no conteúdo

2 minutos

Do ponto de vista do Direito...

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) compreende, em seu art. 2º, que as pessoas com até 12 anos de idade incompletos são crianças e que as pessoas entre 12 e 18 anos de idade são adolescentes.

Estatuto da Criança e do Adolescente

Instituído pela Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Na prática

2 minutos

Do ponto de vista do Direito...

Depois de ver que as pessoas entre 12 e 18 anos de idade são consideradas adolescentes, construa uma linha do tempo separando as fases da vida tal como definidas no Estatuto da Juventude (Lei n. 12.852/13):

“Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE.

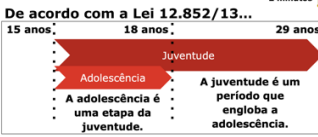
§ 1º Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

§ 2º Aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente”.

Na prática Correção

2 minutos

De acordo com a Lei 12.852/13...



O Direito divide a transição da infância à maturidade em “adolescência” e “juventude” (GROPP, 2016, p. 10).

Foco no conteúdo

2 minutos

Do ponto de vista da História...



A juventude nem sempre existiu para todos. Para as crianças pobres da era vitoriana, era comum passar diretamente da infância à vida adulta, o que não necessariamente acontecia com a elite burguesa, que passou a adotar o antigo termo “adolescente” para tratar de seus próprios jovens (DEL PRIORE, 2022, p. 7-8).



tema das juventudes, dificuldade para responder às questões, menor velocidade na leitura dos slides etc. Da mesma forma, professores/as tornam-se meros passadores de slides. Não há tempo para pensar, já que os “comandos” sucedem-se uns aos outros de maneira frenética e os tempos das tarefas são minuciosamente exibidos na tela.


Em um dos slides desta aula (“Vamos praticar!”), os/as estudantes recebem o seguinte comando: **“Tome notas** enquanto assiste ao vídeo no próximo slide, pois, ao sinal de seu professor, você precisará **responder** a uma pergunta. O professor utilizará a técnica **Solo silencioso** (LEMOV, 2023, p. 327-334) (grifos no original)”. O “comando” aqui é para estudantes e professores/as: estudantes tomam notas e professores/as utilizam a “técnica” indicada para garantir a execução da tarefa.

A indução ao uso das “técnicas” preconizadas nos manuais *Aula Nota 10*²⁶ é uma constante nos conjuntos de slides da Seduc-SP. No exemplo abaixo, extraído da aula “Juventude e tempo” (Sociologia, 1º ano do ensino médio, 3º bimestre, aula 2)²⁷, os/as estudantes são informados de que o/a professor/a utilizará duas técnicas recomendadas no manual. Não existe separação entre quem conduz e quem é conduzido na tarefa, já que todos – professores/as e estudantes – são conduzidos pelo roteiro apresentado nos slides. Irrealizável no tempo de uma aula de 45 minutos, o roteiro **estimula a leitura aligeirada na tela do celular e assume que todos os estudantes possuem smartphones e acesso a internet rápida nas unidades escolares.** Não há argumento didático, pedagógico ou educacional que permita defender a adoção desse tipo de material didático no lugar das obras didáticas do PNLD e de aulas preparadas por docentes com formação universitária e que conhecem as necessidades de seus/suas estudantes.

 **Na prática**
5 minutos 

Preparem os celulares, é hora da leitura!

Seu professor adotará a técnica **Leitura em fase** (Lemov, 2023, p. 209-222), o que significa que ele pedirá, **De surpresa** (Lemov, 2023, p. 282-301), para lerem em voz alta este texto de Silva (2017):



EXEMPLO C

QUÍMICA, 1º ANO DO ENSINO MÉDIO

2º BIMESTRE (AULAS 1 e 2): “TERMOQUÍMICA I”²⁸

As duas sequências de slides relacionadas à primeira parte do conteúdo de termoquímica para o 1º ano do ensino médio (2º bimestre, aulas 1 e 2) apresentam um enorme conjunto de problemas.

²⁶ LEMOV, D. *Aula Nota 10 2.0: 62 técnicas para melhorar a gestão da sala de aula*. Porto Alegre: Penso / Fundação Lemann / Elos Educacional / FGV EBAPE, 2017.

²⁷ Aula disponível em: <https://acervocmsp.educacao.sp.gov.br/96883/546010.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2023.

²⁸ Disponíveis em: <https://acervocmsp.educacao.sp.gov.br/92392/494621.pdf>; <https://acervocmsp.educacao.sp.gov.br/92394/494640.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2023.

Além de todos os problemas metodológicos já mencionados nos dois exemplos anteriores, aqui encontramos erros conceituais, imagens geradoras de concepções alternativas sobre o conceito de calor, aplicação incorreta de princípios fundamentais da Química e má contextualização dos temas tratados.

Logo no início da aula 1 (ver a seguir), os/as estudantes são instados a discutirem a relação entre as mudanças climáticas e a termoquímica, muito embora o conceito de “termoquímica” – que não é intuitivo – não tenha sido previamente definido. Em seguida, quatro imagens genéricas sem relação imediata com as perguntas anteriores são apresentadas para que os/as estudantes “virem e conversem com seus colegas”; uma **atividade espontaneísta e de gritante ineficácia pedagógica**.

 **Para começar**

1. As mudanças climáticas têm alguma relação com a termoquímica?
2. Qual é a importância de entender a termoquímica para reduzir as mudanças climáticas causadas por ações antrópicas?




 **Foco no conteúdo**

Após a observação das imagens, virem e conversem com seus colegas:



**Comecem!
(5 minutos)**


Já no início da aula 2 (ver a seguir), apresenta-se uma imagem com setas saindo e entrando no fogo e no gelo, respectivamente, o que induz nos/as estudantes uma **concepção substancialista do calor superada desde o século XIX**. Abordagens desse tipo são contraindicadas na literatura científica sobre Ensino de Química há pelo menos 25 anos (Mortimer; Amaral 1998). Aqui, tal como na aula anterior, os/as estudantes são convidados/as a “pensar em reações endotérmicas e exotérmicas” no seu cotidiano, o que exigiria que ao menos as definições lhes tivessem sido previamente apresentadas.

 **Para começar**


Vamos analisar as imagens?

Após a observação das imagens, virem e conversem com seus colegas:


Exotérmica



Endotérmica



**Comecem!
(5 minutos)**




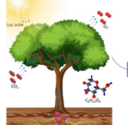

 **Foco no conteúdo**

Questionamentos sobre a aula

1. Ao pensar em reações endotérmicas e exotérmicas, você conseguiria citar um exemplo do seu cotidiano para cada uma dessas reações?
2. Será que encontramos as reações endotérmicas e exotérmicas facilmente em nossa rotina?

Mais adiante na sequência de slides da aula 2 (ver a seguir), o material, que inicialmente se refere a “reações endotérmicas e exotérmicas”, elenca exemplos de processos químicos (reações) juntamente com processos físicos (mudanças de estado). Embora a distinção entre processos químicos e físicos seja um problema elementar na Química escolar, o material didático da Seduc-SP sugere que tanto as reações químicas quanto as mudanças de fase poderiam ser considerados processos “termoquímicos”, o que é rigorosamente falso. Além disso, algumas equações químicas são apresentadas de forma desbalanceada, o que viola o princípio fundante da Química moderna: a conservação das massas.



<p>Foco no conteúdo Processos endotérmicos São processos que ocorrem com absorção de energia (calor). Nesse caso, a variação de entalpia (ΔH) tem um saldo positivo.</p> <p>Exemplos de processos endotérmicos no cotidiano:</p> <p>1. Ebulição da água: passagem da água do estado líquido para o estado gasoso. A equação abaixo é uma referência à imagem, ou seja, à água em ebulição.</p> $\text{H}_2\text{O (l)} \rightarrow \text{H}_2\text{O (g)} \quad \Delta H = + 44 \text{ kJ/mol}$ <p>ENDO: prefixo de origem grega que significa DENTRO.</p> 	<p>Foco no conteúdo Exemplos de processos endotérmicos no cotidiano</p> <p>2. Fusão da água: trata-se da passagem da água do estado sólido para o estado líquido. Para essa mudança de estado de agregação, ocorre absorção de calor (energia).</p> $\text{H}_2\text{O (s)} \rightarrow \text{H}_2\text{O (l)} \quad \Delta H = + 7,3 \text{ kJ/mol}$ 	<p>Foco no conteúdo Exemplos de processos endotérmicos no cotidiano</p> <p>3. Bolsa de gelo instantâneo: contém cápsulas de NH_4NO_3 e água. Quando elas se misturam, produzem a sensação de frio.</p> $\text{NH}_4\text{NO}_3 \text{ (s)} + \text{H}_2\text{O (l)} \rightarrow \text{NH}_4^+ \text{ (aq)} + \text{NO}_3^- \text{ (aq)} \quad \Delta H = +25,69 \text{ kJ/mol}$ 
<p>Foco no conteúdo Exemplos de reações endotérmicas no cotidiano</p> <p>4. Fotossíntese: a reação de fotossíntese ocorre em plantas clorofiladas. Esse processo acontece com a absorção, pela planta, de energia fornecida pela luz solar.</p> $6 \text{ CO}_2 \text{ (g)} + \text{H}_2\text{O (l)} \rightarrow \text{C}_6\text{H}_{12}\text{O}_6 + 6 \text{ O}_2 \quad \Delta H = + 2540 \text{ kJ/mol}$ 	<p>Foco no conteúdo Exemplos de processos endotérmicos no cotidiano</p> <p>5. Roupa secando no varal: a água evapora a partir da absorção de energia solar.</p> $\text{H}_2\text{O (l)} \rightarrow \text{H}_2\text{O (v)} \quad \Delta H = + 44 \text{ kJ/mol}$ 	

Os mesmos conteúdos de termoquímica são tratados tanto nas coleções didáticas de Química aprovadas pelo PNLD em 2018 quanto nas coleções de “Ciências da Natureza e suas Tecnologias” do PNLD 2021 para o ensino médio. Em nenhuma delas processos físicos e químicos são tratados de forma indistinta. Em algumas, inclusive, o debate histórico sobre a concepção substancialista de calor é apresentado na forma de textos e a representação da transferência de calor por meio de flechas é mediada pelo conceito de energia térmica como agitação de partículas (exemplos abaixo).

TEMA 1 1 **Calor e temperatura**

As respostas e os comentários das atividades estão disponíveis no Manual do Professor.

Veja a tirinha a seguir.



REPRODUÇÃO PROIBIDA

1. Nos diálogos ao lado estão indicadas duas situações em que os termos calor e temperatura foram utilizados de forma inadequada. Faça uma pesquisa para identificar o erro conceitual cometido em cada uma das frases: "Estou com muito calor!"; "Ah! O sol está transmitindo muita temperatura!".

» Utilização equivocada dos termos: calor e temperatura.

Converse com um colega sobre outras expressões que possam ser utilizadas no cotidiano e que se relacionem aos conceitos de calor e temperatura.

As metálicas científicas sobre o calor

O calor, sendo um processo de transferência de energia, não é uma substância ou uma propriedade de um objeto. A noção de que o calor é uma substância está por trás da ideia de que um corpo pode conter calor, ou seja, de que calor e frio são atributos dos materiais.

Essa ideia já foi aceita por muitos cientistas no passado, que consideravam que todos os corpos continham, em seu interior, uma substância fluida invisível e de massa desprezível, a qual denominavam "calórico". Um corpo com maior temperatura tinha mais calórico do que um corpo com menor temperatura.

Antoine Lavoisier (1743-1794), por exemplo, listava o calórico como uma das substâncias elementares. Hoje sabemos que uma substância tem energia, mas não calor. A teoria do calórico, pensado como substância, foi abandonada em favor da teoria do calor, pensado como energia transferida entre sistemas a diferentes temperaturas, principalmente pelo fato de a primeira teoria não conseguir explicar o aquecimento de objetos por outras formas que não uma fonte de calor, por exemplo, por atrito. O conde de Rumford (1753-1814), engenheiro estadunidense exilado na Inglaterra, introduziu, em 1798, a ideia de que o calor que aquece peças metálicas quando perfuradas era devido à energia mecânica empregada em sua perfuração.



Figura 6.18 – A usinagem de peças metálicas é feita com o auxílio de um líquido refrigerante, que evita o aumento da temperatura causado pelo atrito da ferramenta com a peça.

Um pouco de História

Nos séculos XVII e XVIII acreditava-se que havia uma substância chamada **flógisto** que era liberada pelos corpos durante a combustão, de forma que, ao acabar, encerrava-se a combustão e, um corpo que não o tivesse não entraria em combustão.

Já o químico francês Antoine Lavoisier (1743-1794) propôs, em 1783, a existência de um "fluido sutil", que ele chamou de **calórico**, que seria a substância do calor. Segundo sua teoria, a quantidade dessa substância era constante em todo o Universo e fluía dos corpos quentes para os mais frios, ou seja, quanto maior a quantidade de calórico, maior a temperatura do corpo.

O físico anglo-americano Benjamin Thompson (1753-1814) foi o primeiro cientista a dar evidências de o calor não ser substancial como algum tipo de fluido. A partir da observação do processo de fabricação de canhões, o latão se aquecia ao ser perfurado pelas brocas, mesmo na ausência de

PNLD 2021: Matéria, Energia e Vida: Uma Abordagem Interdisciplinar (Editora Scipione), v. 4, p. 102; **Multiversos – Ciências da Natureza** (Editora FTD), v. 5, p. 60.

Energia térmica, calor e energia química

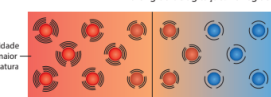
Objetos e substâncias são constituídos por partículas, ou seja, átomos ou moléculas que se arranjam de diferentes maneiras, dependendo da estrutura do material. Todas as partículas que compõem a estrutura de um corpo se agitam constantemente, isto é, estão sempre em movimento. Quanto maior a agitação ou o movimento, maior o espaço ocupado por elas, como mostra a Figura 1.26. A agitação média das partículas e o espaço médio que ocupam dependem da **energia térmica** armazenada pelo corpo. Essa energia pode ser descrita como a soma total da energia cinética das partículas que constituem um dado corpo ou substância. Por isso, para indicar a energia de um corpo decorrente da agitação de suas partículas, usamos a expressão energia térmica.



Figura 1.26 O aumento ou a diminuição da energia térmica em um corpo faz com que suas partículas se agitem com mais ou com menos intensidade.

cinética média de translação), maior sera a temperatura, e vice-versa.

No corpo representado abaixo, as partículas na região com maior temperatura têm maior grau de agitação. Na região com menor temperatura, o grau de agitação é menor. Dessa maneira, na região de temperatura intermediária, o grau de agitação também é intermediário, entre o maior e o menor grau.



Representação de um corpo com regiões em temperaturas diferentes. Imagem sem proporção e em cores-fantasia.

PNLD 2021: Ciências da Natureza: Lopes & Rosso (Editora Moderna), v. 2, p. 21; **Diálogo – Ciências da Natureza e suas Tecnologias** (Editora Moderna), v. 3, p. 86.

Conteúdos superados no ensino da Química e abordagens ultrapassadas também ocorrem em diversos outros conjuntos de slides, a exemplo da primeira aula do 3º bimestre do 1º ano do ensino médio (“Ciclos Biogeoquímicos: a importância para a manutenção da vida no planeta”), que propaga largamente o conceito superado de “funções inorgânicas”.²⁹ Ao longo do século XX, a classificação das substâncias inorgânicas e das reações em fase aquosa com base nas fórmulas dos compostos deu lugar a outra que leva em conta a reatividade química (Martins et al., 2018).

Todos esses achados invalidam o argumento do secretário da educação de São Paulo de que as obras didáticas do PNLD seriam “superficiais”, ao passo em que os slides eivados de problemas metodológicos, conceituais e de contextualização produzidos pela Seduc-SP mitigariam a alegada superficialidade. Ainda que se possa debater de forma específica o modo como as obras do PNLD tratam este ou aquele assunto, a recusa de livros com padrões de avaliação, revisão e produção editorial elevados em favor de sequências de slides de baixa qualidade é inaceitável.

EXEMPLO D

PROJETO DE VIDA, 3º ANO DO ENSINO MÉDIO


3º BIMESTRE (AULA 14): “ORÇAMENTO PESSOAL”³⁰

A sequência de 13 slides dedicada ao tema do “orçamento pessoal” (excerto com seis slides mostrado a seguir) traz uma **atividade com dados irrealistas sobre o salário-mínimo e o custo de itens como alimentação, cursos de inglês, roupas e lazer**. Considerando que os slides, em tese, foram elaborados para uso no ano letivo de 2023 e que o valor atual do salário-mínimo no país é de R\$ 1.320,00, o salário líquido de qualquer trabalhador/a do país não poderia ser inferior a R\$ 1.200,00 (assumindo descontos de INSS e FGTS). O referido exercício, ademais, pode ser encontrado *ipsis litteris* na apostila *Introdução ao Mundo do Trabalho*, desenvolvida em 2012 pelo Instituto Unibanco (p. 172) e utilizada sem qualquer atualização pela Seduc-SP nos slides para o 3º ano do ensino médio.³¹

²⁹ Aula disponível em: <https://acervocmsp.educacao.sp.gov.br/96941/545186.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2023.

³⁰ Aula disponível em: <https://acervocmsp.educacao.sp.gov.br/98457/532659.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2023.

³¹ INSTITUTO UNIBANCO. **Introdução ao Mundo do Trabalho: livro do aluno**. São Paulo: Instituto Unibanco, 2012. Disponível em: https://issuu.com/portalinstitutounibanco/docs/imt--aluno_15062012/102. Acesso em: 09 ago. 2023.

<p>Etapa Ensino Médio</p> <p>Projeto de Vida</p>  <p>Orçamento pessoal</p> <p>3ª série Aula 14 – 3º bimestre</p> <p><small>Secretaria de Educação do Estado de SÃO PAULO</small></p>	<p>Conteúdo</p> <p>Competência socioemocional:</p> <ul style="list-style-type: none"> Organização. <p>Tema:</p> <ul style="list-style-type: none"> Orçamento pessoal e controle do dinheiro. <p>Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> Compreender os elementos que compõem um orçamento pessoal.
<p>Na prática 15 min</p> <p>Reúnam-se em grupos para analisar e dar um parecer sobre a seguinte situação:</p> <p>João está concluindo o Ensino Médio e conseguiu uma vaga de trabalho como assistente administrativo, com salário líquido de R\$ 1.000,00. A empresa oferece um vale-transporte que cobre os gastos de deslocamento entre sua casa e o trabalho. Ao longo do mês, ele tem os seguintes compromissos financeiros:</p> <ol style="list-style-type: none"> Ajudar a família nas despesas da casa (energia elétrica e do telefone fixo – Média R\$ 300,00); Pagar a mensalidade do curso de inglês (R\$ 100,00); Pagar a conta de celular (R\$ 100,00); Pagar as despesas de alimentação (R\$ 300,00); Roupas e lazer (R\$ 100,00). 	<p>Na prática 15 min</p> <p>João gostaria de depositar na poupança pelo menos 10% do seu salário líquido e deixar uma pequena reserva para imprevistos. Será que ele conseguirá? O que vocês podem propor ao João?</p>
<p>Aplicando 15 min</p> <p>Agora, chegou o momento de cada grupo apresentar a proposta que faria para ajudar João a cumprir seu desejo.</p>  <p><small>Técnica – Todos juntos</small></p>	<p>O que aprendemos hoje?</p> <ul style="list-style-type: none"> Vimos que o empreendedor deve ser capaz de identificar, dentro de seu contexto, as possibilidades de atuação, propondo soluções criativas para problemas ou necessidades; Do mesmo modo, boas ações empreendedoras se baseiam em formas diferentes de visualizar o cotidiano, compreendendo de uma outra maneira a realidade que nos cerca; A "destruição criativa" faz parte das dinâmicas empreendedoras, trazendo inovação e contribuindo para o desenvolvimento de produtos e/ou serviços.

Qual a necessidade, considerando o raciocínio sobre o orçamento pessoal, da informação de que a empresa oferece vale-transporte? Uma vez que o enunciado informa que o rapaz conseguiu vaga de assistente administrativo e recebe um valor de salário líquido, não faz sentido supor que se trata de trabalhador em ocupação não formal. Aliás, se a ideia é compreender o orçamento pessoal de um/a trabalhador/a formal, seria mais útil analisar os valores bruto e líquido do salário, a fim de refletir sobre benefícios e direitos trabalhistas.

Mas o exercício segue irrealista, pensando em um jovem trabalhador de baixa renda e louvando as maravilhas da organização pessoal e da poupança (mesmo os mais pobres podem se organizar para poupar), incluindo no orçamento valores abstratos de R\$ 100,00 para a mensalidade de um curso de Inglês (bem cultural tipicamente acessível às classes médias) e para gastos com roupas e lazer. Em vez de forçar um padrão de gastos pouco realista para estudantes trabalhadores/as do Ensino Médio, o que a literatura que trata de livros didáticos já indicou ser **contraproducente no aspecto da identificação cultural e mediação pedagógica** desde os tempos dos modelos e imagens eurocêntricas, a atividade poderia, com o mesmo propósito da organização financeira, sugerir que os/as estudantes planejassem seus gastos pessoais a partir de informações de sua própria realidade; desfazendo o paradigma do exercício, como sugere Skovsmose (2000) na formação para o raciocínio matemático.

Além da **má contextualização**, que naturaliza entre os/as estudantes a existência de salários inferiores ao mínimo nacional, o conjunto de slides é finalizado com uma conclusão sobre “boas ações empreendedoras” que é totalmente desconectada do tema do orçamento pessoal. Isso constitui um problema ainda mais básico do que os apontados até aqui: a **falta de revisão geral dos textos** presentes nos slides da Seduc-SP.

CONCLUSÕES

Esta Nota Técnica visa contribuir com o debate público sobre a decisão do governo paulista de abandonar o PNLD, privando escolas, professores/as e estudantes da rede estadual do acesso a obras didáticas adquiridas com recursos federais. Para isso, **elencamos uma série de informações, dados e argumentos que evidenciam o equívoco da decisão e o potencial prejuízo educacional que ela trará aos/às estudantes da rede**. Se o objetivo do governo paulista é aprimorar a qualidade do ensino para melhorar o desempenho dos/as estudantes nas avaliações externas, a supressão dos livros didáticos poderá acarretar o efeito inverso, já que privar estudantes e professores/as do acesso a múltiplos recursos pedagógicos empobrece as possibilidades da realização curricular nas escolas (Sacristán, 2018).

Na rede estadual paulista, materiais próprios da Seduc-SP e obras didáticas do PNLD têm convivido desde 2009, quando o governo estadual trilhou o caminho da centralização curricular para obter resultados melhores nas avaliações externas. Tal objetivo, entretanto, nunca se realizou, conforme demonstra a literatura educacional (Jacomini et al., 2022). Ao longo desses anos, professores/as e estudantes vêm utilizando ambos os materiais, um como complemento do outro. O **livro didático**, em particular, ainda consiste na **principal referência do conhecimento formal tanto para estudantes quanto para professores/as**. A pesquisa *Juventudes e Conexões*, coordenada pela Fundação Telefônica Vivo (2019, p. 77), mostrou que os livros didáticos/técnicos ou apostilas ainda são considerados a principal fonte de conhecimento pelos/as jovens. Cássio e Spinelli Jr (2019) e diversos outros autores, por sua vez, indicaram a centralidade dos livros didáticos na forma como os/as professores/as representam a sequência dos conteúdos e até mesmo o corpo de conhecimentos que constituem a sua área de formação.

A proposta de adotar um material didático único fere o princípio constitucional da pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas, retirando de professores/as e estudantes a possibilidade de organizarem as aulas a partir de material diversificado e aprofundado, com evidentes prejuízos às aprendizagens na rede estadual. Não há evidências na literatura científica das áreas de Educação e Ensino de que o estreitamento do acesso a recursos didático-pedagógicos traga qualquer benefício aos processos de ensino e aprendizagem.

Pelo contrário, um relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) publicado em julho de 2023 levanta uma série de ressalvas relacionadas ao uso excessivo das tecnologias digitais na educação escolar (Unesco, 2023). Países como a Suécia estão inclusive **revendo a decisão de utilizar materiais exclusivamente digitais nas escolas públicas**, após a experiência resultar numa piora da qualidade do ensino e do desempenho escolar dos/as estudantes.³²

³² Por que a Suécia desistiu da educação 100% digital e gastará milhões de euros para voltar aos livros impressos? **G1**, 07 ago. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/08/07/por-que-a-suecia-desistiu-da-educacao-100percent-digital-e-gastara-milhoes-de-euros-para-voltar-aos-livros-impressos.ghtml>. Acesso em: 13 ago. 2023.

A análise não exaustiva dos conjuntos de slides que já vêm substituindo as apostilas do programa “Currículo em Ação” e, a partir de 2024, substituirão as obras didáticas do PNLD, indica que os materiais exibem **problemas metodológicos, erros conceituais e má contextualização**, como dão a ver os diversos exemplos apresentados nesta Nota Técnica. Diferentemente do que anunciou o secretário Renato Feder, **é o material produzido pela Seduc-SP que apresenta problemas de aprofundamento e qualidade.**

A apresentação de aulas por meio de slides pode até ter lugar na educação básica e superior, já que permite resumir aquilo que se pretende destacar de conteúdos estudados em obras didáticas mais amplas e adensadas – o que já implica, como consequência direta, que os conjuntos de slides, independentemente de sua qualidade, não podem prescindir dos livros didáticos. À luz desta constatação trivial e de todos os problemas apresentados nesta Nota Técnica, conclui-se que **a decisão do governo de São Paulo de recusar as obras didáticas do PNLD financiadas com recursos da União, substituindo-as por slides de aulas com qualidade inferior, é insustentável dos pontos de vista educacional, pedagógico, administrativo e econômico-financeiro.**

O que está em jogo nesta decisão é a retirada de materiais didáticos que vêm orientando os processos de ensino e de aprendizagem nas escolas públicas (e também nas privadas) há várias décadas, elaborados de forma mais republicana, transparente e cuidadosa do que os conjuntos de slides produzidos e distribuídos às escolas estaduais pela Seduc-SP.

SOBRE A REPU

A **Rede Escola Pública e Universidade (REPU)** envolve professores/as e pesquisadores/as de universidades públicas (UFABC, UFSCar, Unicamp, Unifesp e USP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) e professores/as da rede estadual de São Paulo. Desde 2016, a REPU vem realizando estudos e pesquisas com o objetivo de intervir no debate público e colaborar para a garantia do direito a uma educação de qualidade e socialmente referenciada na rede estadual de ensino de São Paulo. A REPU integra o Comitê Diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação desde 2020, e acredita que a produção de conhecimento sobre educação deve estar em permanente diálogo com o cotidiano das escolas públicas e a serviço do monitoramento e do controle social das políticas educacionais. Acesse: www.repu.com.br.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W.; VENTURI, G.; CORROCHANO, M. C. Estudar e trabalhar: um olhar qualitativo sobre uma complexa combinação nas trajetórias juvenis. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 523-542, 2020. <http://dx.doi.org/10.25091/s01013300202000030004>
- BARBOSA, R. C. G. Análise da presença de elementos de TICs nos livros didáticos no período entre PNLEM e PNLD de Física. In: GARCIA, N. M. D. (org.). **O livro didático de Física e Ciências em foco: dez anos de pesquisa**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2017. p. 429-440. <http://paginapessoal.utfpr.edu.br/nilson/livros>
- BARKE, H. -D.; HAZARI, A.; YITBAREK, S. (ed.). **Misconceptions in Chemistry: Addressing Perceptions in Chemical Education**. Berlin: Springer Verlag, 2009. <https://doi.org/10.1007/978-3-540-70989-3>
- BRASIL. **Decreto n. 91.542, de 19 de agosto de 1985**. Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/d91542.htm
- BRASIL. **Decreto n. 9.099, de 18 de julho de 2017**. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9099.htm
- CARNEIRO, S. R. G.; JACOMINI, M. A.; BELLO, I. M. (org.). **Políticas curriculares na rede estadual paulista, 1995-2018**. São Paulo: Alameda / Fapesp, 2022.
- CÁSSIO, F. L.; SPINELLI JR. R. O encontro entre a BNCC e os professores de Química, 'ou', Centralização curricular e a falácia do professor malformado. In: CÁSSIO, F.; CATELLI JR., R. (org.). **Educação é a Base? 23 educadores discutem a BNCC**. São Paulo: Ação Educativa, 2019. p. 253-267. www.academia.edu/43964811/O_encontro_entre_a_BNCC_e_os_professores_de_Química_ou_Centralização_curricular_e_a_falácia_do_professor_malformado
- DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L. (org.). **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2015/01/livro-completo_juventude-e-ensino-medio_2014.pdf
- FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO; REDE CONHECIMENTO SOCIAL; IBOPE INTELIGÊNCIA. **Juventudes e conexões**. 3ª ed. São Paulo: Fundação Telefônica Vivo, 2019. www.fundacaotelefonicavivo.org.br/juventudes-e-conexoes
- GARCIA, N. M. D. (org.). **O livro didático de Física e Ciências em foco: dez anos de pesquisa**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2017. <http://paginapessoal.utfpr.edu.br/nilson/livros>

- GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997 [1988].
- JACOMINI, M. A.; GIROTTO, E. D.; BARBOSA, A.; STOCO, S. Política Educacional na rede estadual paulista e qualidade do ensino sob a Nova Gestão Pública, 1995 a 2018. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 30, n. 27, 2022. <https://doi.org/10.14507/epaa.30.6465>
- MARTINS, F. P.; ALMEIDA, R. V.; HERBST, M. H.; PASSINATO, C. B. Discutindo propostas alternativas ao ensino de “funções inorgânicas” por meio de ferramentas digitais. **Revista de Educação, Ciências e Matemática**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 6-19, 2018. www.academia.edu/102832740/Discutindo_Propostas_Alternativas_Ao_Ensino_De_Funcoes_Inorganicas_Por_Meio_De_Ferramentas_Digitais
- MORI, R. C.; CURVELO, A. A. S. Relendo ‘O livro didático de Ciências no Brasil’. **Pro-Posições**, Campinas/SP, v. 32, e20190058, 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2019-0058>
- MORTIMER, E. F.; AMARAL, L. O. F. Quanto mais quente melhor: calor e temperatura no ensino de termoquímica. **Química Nova na Escola**, São Paulo, n. 7, p. 30-34, 1998. <http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc07/aluno.pdf>
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA [UNESCO]. **Relatório de Monitoramento Global da Educação 2023. Tecnologia na educação: Uma ferramenta a serviço de quem?** [resumo]. Paris: Unesco, jul. 2023. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000386147_por
- SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3ª ed. Porto Alegre: Penso, 2018.
- SKOVSMOSE, O. Cenários para investigação. **Boletim de Educação Matemática**, Rio Claro/SP, v. 13, n. 14, 2000. www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/bolema/article/view/10635
- SOARES, R. P. Compras governamentais para o Programa Nacional do Livro Didático: uma discussão sobre a eficiência do governo. **Texto para Discussão n. 1307**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, nov. 2007. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1414/1/TD_1307.pdf
- SPOSITO, M. P.; SOUZA, R.; SILVA, F. A. A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, e170308, 2018. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201712170308>